

Rodrigo da Guia Silva

ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA

.....
as obrigações
restitutórias no direito civil

2ª edição revista, atualizada e ampliada

Prefácio

Gustavo Tepedino

Apresentação

Giovanni Ettore Nanni

Posfácio

Eduardo Nunes de Souza

Destaques da 2ª edição

- Prazo prescricional da pretensão de repetição de indébito
- Enriquecimento sem causa no contexto da pandemia da Covid-19
- Lucro da intervenção na jurisprudência do STJ

THOMSON REUTERS

REVISTA DOS
TRIBUNAIS™



Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais

JULIANA MAYUMI ONO

Gerente de Conteúdo

MILISA CRISTINE ROMERA

Editorial: Aline Marchesi da Silva, Camilla Sampaio, Emanuel Silva, Karolina de Albuquerque Araújo Martino e Quenia Becker

Gerente de Conteúdo Tax: Vanessa Miranda de M. Pereira

Direitos Autorais: Viviane M. C. Carmezim

Assistente de Conteúdo Editorial: Juliana Menezes Drumond

Analista de Conteúdo Editorial Júnior: Bárbara Baraldi

Estagiários: Ana Carolina Francisco, Francisco Prado e Marco Antonio Fonseca

Produção Editorial

Gerente de Conteúdo

ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES

Especialistas Editoriais: Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analista de Projetos: Thyara Pina da Silva

Analistas de Operações Editoriais: Carina Baptista, Caroline Vieira, Damares Regina Felício, Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto e Patrícia Melhado Navarra

Analistas de Qualidade Editorial: Ana Paula Cavalcanti, Fernanda Lessa, Gabriela Cavalcante Lino e Victória Menezes Pereira

Estagiárias: Beatriz Hammond, Bianca Satie Abduch, Caroline Dubovicki e Gabrielly N. C. Saraiva

Capa: Brenno Stolagli Teixeira

Adaptação capa: Ariel Villalba e Cinthia Riveros

Lider de Inovações de Conteúdo para Print

CAMILLA FUREGATO DA SILVA

Equipe de Conteúdo Digital

Coordenação

MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO

Analistas: Gabriel George Martins, Jonatan Souza, Maria Cristina Lopes Araujo e Rodrigo Araujo

Gerente de Operações e Produção Gráfica

MAURICIO ALVES MONTE

Analistas de Produção Gráfica: Aline Ferrarezi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno

Assistente de Produção Gráfica: Ana Paula de Araújo Evangelista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Silva, Rodrigo da Guia
Enriquecimento sem causa: as obrigações restitutórias no direito civil /
Rodrigo da Guia Silva. -- 2. ed. rev., atual. e ampl. -- São Paulo : Thomson
Reuters Brasil, 2022.

Bibliografia.
ISBN 978-65-260-0849-2

1. Enriquecimento sem causa I. Título.

22-121264

CDU-347.551

Índices para catálogo sistemático: 1. Enriquecimento sem causa : Direito civil 347.551
Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9380

SUMÁRIO

NOTA DO AUTOR À 2ª EDIÇÃO	5
NOTA DO AUTOR À 1ª EDIÇÃO	7
AGRADECIMENTOS	11
PREFÁCIO.....	15
APRESENTAÇÃO.....	17
INTRODUÇÃO.....	23
1. A CONFORMAÇÃO DOGMÁTICA DA VEDAÇÃO AO ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA NO DIREITO BRASILEIRO.....	39
1.1. De princípio geral do direito a instituto positivado: a subsidiariedade como atributo (supostamente) diferencial da vedação ao enriquecimento sem causa.....	40
1.1.1. Breve análise histórica sobre o reconhecimento da vedação ao enriquecimento sem causa como princípio geral do direito.....	41
1.1.2. Influxos da metodologia civil-constitucional sobre a (dupla) subsidiariedade dos princípios gerais de direito.....	54
1.2. Esforço de compreensão do enriquecimento sem causa no quadro de fontes das obrigações	60
1.2.1. Por uma revisitação da doutrina tradicional das fontes das obrigações	65
1.2.2. Em busca do escopo contemporâneo do estudo das fontes das obrigações: o reconhecimento dos regimes jurídico-obrigacionais gerais	83
1.3. Perfil funcional da vedação ao enriquecimento sem causa.....	101
1.3.1. Função restitutória da vedação ao enriquecimento sem causa em cotejo com a função reparatória da responsabilidade civil ...	101
1.3.2. Enquadramento dogmático da regra de compensação de vantagens com prejuízos (<i>compensatio lucri cum damno</i>).....	118

2. CONTORNOS DA CLÁUSULA GERAL DO DEVER DE RESTITUIR: PRESSUPOSTOS POSITIVOS E PRESSUPOSTO NEGATIVO DE CONFIGURAÇÃO	135
2.1. Enriquecimento	144
2.1.1. Modalidades e espécies de enriquecimento: restituição <i>in natura</i> e restituição do equivalente pecuniário; incremento do ativo, diminuição do passivo e poupança de despesas; enriquecimento por prestação e enriquecimento por intervenção (lucro da intervenção).....	146
2.1.2. Por uma releitura dos métodos de cálculo do enriquecimento restituível: crítica à distinção tradicional entre enriquecimento real e enriquecimento patrimonial.....	150
2.2. Obtenção à custa de outrem	163
2.2.1. Por uma releitura da teoria do duplo limite: crítica à suposta exigência de correlação entre empobrecimento e enriquecimento....	163
2.2.2. Compreensão da exigência de obtenção à custa de outrem à luz da doutrina do conteúdo da destinação.....	173
2.3. Ausência de justa causa	177
2.3.1. Causas de justificação do enriquecimento.....	179
2.3.2. Giro conceitual do enriquecimento sem causa ao enriquecimento injusto.....	184
2.4. A subsidiariedade da cláusula geral do dever de restituir: limites e possibilidades interpretativas do artigo 886 do Código Civil	203
2.4.1. Análise crítica dos significados tradicionalmente associados à subsidiariedade	206
2.4.2. Proposta de ressignificação da regra da subsidiariedade como pressuposto negativo de configuração da cláusula geral do dever de restituir: crítica às proposições alternativistas do direito restitutivo	212
3. PERSPECTIVAS PRÁTICAS DE QUALIFICAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES RESTITUTÓRIAS.....	219
3.1. Por uma superação da imprecisão conceitual e do tratamento assistemático da matéria a partir da premissa metodológica de tripartição funcional das obrigações.....	220
3.1.1. Esforço de superação das sequelas da confusão conceitual no estudo do enriquecimento sem causa: como enfrentar a possível polissemia dos termos “restituição”, “devolução”, “repetição”, “regresso”, “indenização”, “reparação”, “ressarcimento”, “reembolso” e “compensação”?	220

3.1.2. Aspectos relevantes para o tratamento sistemático das obrigações restitutórias	237
3.1.2.1. Termo inicial dos juros de mora incidentes sobre a obrigação restitutória.....	238
3.1.2.2. Prazo prescricional das pretensões restitutórias.....	246
3.1.2.2.a. Âmbito de abrangência do prazo prescricional trienal da “pretensão de ressarcimento de enriquecimento sem causa” (artigo 206, § 3º, inciso IV, do Código Civil)	246
3.1.2.2.b. Prazo prescricional da pretensão de repetição de indébito: um diálogo necessário entre pagamento indevido e enriquecimento sem causa.....	254
3.1.2.3. Quantificação da obrigação restitutória: busca por parâmetros para a definição do <i>quantum debeatur</i>	264
3.2. Restituição decorrente da invalidade do negócio jurídico e o problema da denominada “imprescritibilidade” da nulidade	265
3.2.1. Análise crítica dos influxos da doutrina tradicional das invalidades sobre a compreensão da obrigação restitutória.....	265
3.2.2. O reconhecimento da prescritibilidade da pretensão restitutória deflagrada pela pronúncia judicial de nulidade ou anulabilidade do negócio jurídico	278
3.3. Restituição decorrente da resolução contratual e o problema de sua limitação ou exclusão convencionais (“cláusulas de não restituir”)	295
3.3.1. Qualificação do denominado “efeito restitutório da resolução” à luz da vedação ao enriquecimento sem causa.....	296
3.3.2. Limitação ou exclusão convencionais da restituição: distinção entre as “cláusulas de não restituir” e as “cláusulas de não indenizar”	317
3.3.3. Enriquecimento sem causa no contexto da pandemia da Covid-19	326
3.4. Regime jurídico do lucro da intervenção.....	339
3.4.1. Fundamento normativo da obrigação de restituir o lucro da intervenção	341
3.4.2. Possibilidade de cumulação das obrigações restitutórias e reparatórias	362
3.4.3. Perspectivas de quantificação do lucro da intervenção	372
3.4.4. Certeza <i>versus</i> probabilidade do lucro da intervenção.....	378

CONCLUSÃO.....	383
POSFÁCIO À SEGUNDA EDIÇÃO	389
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO	395
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	399